

estudos e pesquisas

nº 84 – agosto de 2017

Balanço das greves de 2016

Balanço das greves de 2016

O DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos apresenta, com este estudo, um panorama das greves ocorridas no Brasil em 2016, identificando as principais características desses movimentos.

Os dados analisados foram extraídos do Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE), que reúne informações sobre as paralisações de trabalhadores realizadas no Brasil desde 1978 e que conta, atualmente, com mais de 30 mil registros. As informações do SAG-DIEESE são obtidas por meio de notícias veiculadas em jornais impressos e eletrônicos, da grande mídia e da imprensa sindical.

Principais indicadores das greves de 2016

Greves e horas paradas

Em 2016, o SAG-DIEESE registrou 2.093 greves (Tabela 1). Os trabalhadores da esfera pública paralisaram suas atividades em mais ocasiões (1.100 registros) que os trabalhadores da esfera privada (986 registros).

Também em relação à quantidade de horas paradas, que equivale à soma da duração de horas de cada greve, as mobilizações dos trabalhadores da esfera pública superaram - e de modo ainda mais acentuado - aquelas da esfera privada: em termos proporcionais, 74% das horas paradas nas greves de 2016 corresponderam a paralisações da esfera pública.

TABELA 1
Greves e horas paradas
Brasil, 2016

Esferas	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Esfera Pública	1.100	52,6	103.726	74,0
<i>Funcionalismo Público</i>	979	46,8	96.350	68,7
<i>Empresas Estatais</i>	121	5,8	7.376	5,3
Esfera Privada	986	47,1	36.079	25,7
Esfera Pública e Privada ¹	7	0,3	409	0,3
Total	2.093	100,0	140.214	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada

Duração

Em 2016, cerca de 47% das greves encerraram-se no mesmo dia em que foram deflagradas (Tabela 2). Em sentido inverso, 18% alongaram-se por mais de 10 dias.

TABELA 2
Distribuição das greves segundo a duração dos movimentos
Brasil, 2016

Dias de Paralisação ¹	nº	%	% acum.
1	980	46,8	46,8
2 a 5	517	24,7	71,5
6 a 10	215	10,3	81,8
11 a 20	162	7,7	89,5
21 a 30	77	3,7	93,2
31 a 40	47	2,2	95,4
41 a 50	22	1,1	96,5
51 a 60	13	0,6	97,1
61 a 70	11	0,5	97,6
71 a 80	11	0,5	98,2
81 a 90	10	0,5	98,6
91 a 100	8	0,4	99,0
Mais de 100	20	1,0	100,0
Total	2.093	100,0	-

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) dias corridos

Número de trabalhadores

Das 2.093 paralisações registradas, obteve-se informações sobre o número de grevistas de 572, que corresponde a cerca de 27% do total. Dessas, 53% reuniram até 200 grevistas (Tabela 3). Por outro lado, 10 paralisações que contaram, cada, com mais de 5 mil trabalhadores constituíram apenas 2% dos protestos realizados.

TABELA 3
Greves por faixas de número de trabalhadores
Brasil, 2016

Número de trabalhadores	nº	%	% acum.
Até 200	301	52,6	52,6
201 - 500	138	24,1	76,7
501 - 1 mil	57	10,0	86,7
1.001 - 2 mil	40	7,0	93,7
2.001 - 5mil	26	4,5	98,2
5.001 - 10 mil	6	1,0	99,3
10.001 - 20 mil	3	0,5	99,8
Mais de 20 mil	1	0,2	100,0
Total	572	100,0	-

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: Foram consideradas apenas as greves das quais se obteve informação sobre o número de trabalhadores parados

Greves de advertência

Greves de advertência são mobilizações que têm como estratégia o anúncio antecipado de seu tempo de duração – com a definição, na ocasião em que são

deflagradas, do momento em que serão interrompidas. Em 2016, das 2.093 greves, 615 (29%) foram de advertência e 1.374 (66%), por tempo indeterminado (Tabela 4).

TABELA 4
Tática das greves
Brasil, 2016

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	615	29,4
Tempo indeterminado	1.374	65,6
Sem informação	104	5,0
Total	2.093	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Abrangência

No conjunto das paralisações, a proporção de movimentos organizados no âmbito de empresa ou de unidade foram preponderantes (57%) em relação aos movimentos organizados por categoria (43%).

TABELA 5
Abrangência das greves
Brasil, 2016

Tática	Greves	
	nº	%
Categoria	892	42,6
Empresa/unidade ¹	1.201	57,4
Total	2.093	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) Entre as greves do funcionalismo público, são consideradas greves por unidade aquelas que afetam, de modo isolado, autarquias, fundações, institutos, hospitais e universidades

Motivações das greves

Para cada greve, o conjunto das exigências dos trabalhadores foi examinado e classificado de acordo com as razões que determinaram sua deflagração. Greves que propõem novas conquistas ou ampliação das já asseguradas são consideradas de caráter propositivo. As greves denominadas defensivas são as que se caracterizam pela defesa de condições de trabalho vigentes, pelo respeito a condições mínimas de trabalho, saúde e segurança ou contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordo, convenção coletiva ou legislação. Paralisações que visam ao atendimento de reivindicações que ultrapassam o âmbito das relações de trabalho são classificadas como greves de protesto.

Em 2016, cerca de 81% das greves incluíam itens de caráter defensivo na pauta de reivindicações (Tabela 6); e mais da metade (56%) denunciava descumprimento de direitos. Reivindicações propositivas estiveram presentes em 34% das paralisações.

TABELA 6
Caráter das greves
Brasil, 2016

Caráter	Greves	
	nº	%
Propositivas	721	34,4
Defensivas	1.694	80,9
<i>Manutenção das condições vigentes</i>	839	40,1
<i>Descumprimento de direitos</i>	1.165	55,7
Protesto	271	12,9
Total	2.093	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

A exigência de pagamento dos salários em atraso foi a principal reivindicação das greves em 2016 e reajuste salarial, a segunda (Tabela 7).

TABELA 7
Principais reivindicações das greves
Brasil, 2016

Reivindicações	Greves	
	nº	%
Contra o atraso de salário	805	38,5
Reajuste salarial	632	30,2
Alimentação	387	18,5
Condições de trabalho	344	16,4
Contra o atraso de 13º	212	10,1
PCS - Plano de Cargos e Salários	192	9,2
Total	2.093	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações

Formas de resolução dos conflitos

Foi possível obter informações sobre os meios adotados para a resolução dos conflitos de 866 das 2.093 greves registradas em 2016, o que corresponde a pouco mais de 40% do total. Na maior parte dessas (87%), adotou-se o recurso à negociação direta e/ou mediada e, em 24%, houve envolvimento do poder Judiciário (Tabela 8).

TABELA 8
Formas de resolução dos conflitos
Brasil, 2016

Formas de resolução	Greves	
	nº	%
Negociação	749	86,5
Intervenção/participação da Justiça	207	23,9
<i>Decisão judicial</i>	165	19,1
<i>Acordo judicial</i>	63	7,3
Total	866	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: A soma dos subitens pode ser superior ao total de "intervenção/participação da Justiça" dado que em uma mesma greve o Judiciário pode intervir em um momento como conciliador e em outro como árbitro.

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados
b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos

Resultados das greves

Das 864 greves (41% do total anual) das quais se obtiveram informações sobre o desfecho, aproximadamente 80% lograram algum êxito no atendimento às suas reivindicações (Tabela 9).

TABELA 9
Resultados das greves
Brasil, 2016

Resultados	Greves	
	nº	%
Atendimento das reivindicações	693	80,2
<i>Integral</i>	297	34,4
<i>Parcial</i>	396	45,8
Rejeição das reivindicações	49	5,7
Prosseguimento das reivindicações	183	21,2
Total	864	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados.

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total analisado dado que uma mesma greve pode conter mais de um resultado

Greves no funcionalismo público

Greves e horas paradas

Em 2016, o SAG-DIEESE registrou 979 greves nos três níveis administrativos do funcionalismo público (Tabela 10), que contabilizaram mais de 96 mil horas paradas. Os servidores municipais, que deflagraram cerca de dois terços dessas paralisações, registraram 60% das horas paradas.

TABELA 10
Greves e horas paradas no funcionalismo público, por nível administrativo
Brasil, 2016

Esferas	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Federal	36	3,7	2.404	2,5
Estadual	289	29,5	35.839	37,2
Municipal	649	66,3	57.779	60,0
Multisetorial ¹	5	0,5	328	0,3
Total	979	100,0	96.350	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores de diferentes níveis administrativos

Duração

Em 2016, cerca de 41% das greves no funcionalismo público encerraram-se no mesmo dia em que foram deflagradas (Tabela 11). Em sentido inverso, 28% alongaram-se por mais de 10 dias.

TABELA 11
Distribuição das greves no funcionalismo público
segundo a duração dos movimentos
Brasil, 2016

Dias de Paralisação ¹	nº	%	% acum.
1	404	41,3	41,3
2 a 5	208	21,2	62,5
6 a 10	89	9,1	71,6
11 a 20	110	11,2	82,9
21 a 30	56	5,7	88,6
31 a 40	37	3,8	92,4
41 a 50	16	1,6	94,0
51 a 60	13	1,3	95,3
61 a 70	9	0,9	96,3
71 a 80	8	0,8	97,1
81 a 90	5	0,5	97,6
91 a 100	7	0,7	98,3
Mais de 100	17	1,7	100,0
Total	979	100,0	-

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) dias corridos

Greves de advertência

Das 979 greves registradas no funcionalismo público, 364 (37%) foram declaradas de advertência e 580 (59%), por tempo indeterminado (Tabela 12).

TABELA 12
Tática das greves do funcionalismo público
Brasil, 2016

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	364	37,2
Tempo indeterminado	580	59,2
Sem informação	35	3,6
Total	979	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Abrangência

No conjunto das paralisações do funcionalismo público, a proporção de movimentos organizados no âmbito de categoria foi preponderante (81%).

TABELA 13
Tática das greves do funcionalismo público
Brasil, 2016

Tática	Greves	
	nº	%
Categoria	794	81,1
Empresa/unidade ¹	185	18,9
Total	979	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) São consideradas greves por unidade aquelas que afetam, de modo isolado, autarquias, fundações, institutos, hospitais e universidades

Motivações das greves

Cerca de 78% das greves no funcionalismo público incluíam itens de caráter defensivo em sua pauta de reivindicações; e cerca de metade propunham avanço das condições vigentes. Paralisações que visavam ao atendimento de reivindicações que ultrapassam o âmbito das relações de trabalho equivaleram a 22% do total (Tabela 14).

TABELA 14
Caráter das greves no funcionalismo público
Brasil, 2016

Caráter	Greves	
	nº	%
Propositivas	491	50,2
Defensivas	760	77,6
<i>Manutenção das condições vigentes</i>	<i>478</i>	<i>48,8</i>
<i>Descumprimento de direitos</i>	<i>473</i>	<i>48,3</i>
Protesto	212	21,7
Total	979	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações.

Reivindicações

Reivindicações relacionadas ao reajuste salarial (43%) foram as mais frequentes nas pautas das greves do funcionalismo público (Tabela 15), seguidas por itens relacionados às condições de trabalho (28%) e ao atraso no pagamento dos salários (27%).

TABELA 15
Principais reivindicações das greves no funcionalismo público
Brasil, 2016

Reivindicações	Greves	
	nº	%
Reajuste salarial	425	43,4
Condições de trabalho	273	27,9
Contra o atraso de salário	268	27,4
PCS - Plano de Cargos e Salários	176	18,0
Contratação	111	11,3
Piso salarial	111	11,3
Local de trabalho	106	10,8
Alimentação	102	10,4
Educação pública	96	9,8
Ferramentas/equipamentos de trabalho	92	9,4
Total	979	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Formas de resolução dos conflitos

Entre os servidores públicos, foram registradas, em 2016, 376 greves (38% do total do funcionalismo) com informações sobre os meios adotados para a resolução dos conflitos (Tabela 16). Na maioria dos casos (82%), recorreu-se à negociação direta e/ou mediada e, em 34%, houve envolvimento da Justiça do Trabalho ou de Tribunais de Justiça na resolução.

TABELA 16
Formas de resolução dos conflitos nas greves do funcionalismo público
Brasil, 2016

Formas de resolução	Greves	
	nº	%
Negociação	307	81,6
Intervenção/participação da Justiça	127	33,8
<i>Decisão judicial</i>	117	31,1
<i>Acordo judicial</i>	20	5,3
Total	376	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) A soma dos subitens pode ser superior ao total de "intervenção/participação da Justiça" dado que em uma mesma greve o Judiciário pode intervir em um momento como conciliador e em outro como árbitro

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados.
b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos

Resultados das greves

Das 374 greves que informaram o seu desfecho, aproximadamente 69% tiveram algum êxito no atendimento às suas reivindicações (Tabela 17).

TABELA 17
Resultados das greves no funcionalismo público
Brasil, 2016

Resultados	Greves	
	nº	%
Atendimento das reivindicações	259	69,3
<i>Integral</i>	65	17,4
<i>Parcial</i>	194	51,9
Rejeição das reivindicações	39	10,4
Prosseguimento das reivindicações	111	29,7
Total	374	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados.
b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um resultado

Análises setoriais das greves no funcionalismo público

Funcionalismo público federal

Em 2016, das 36 greves do funcionalismo público federal cadastradas, 11 foram deflagradas por servidores da Educação; cinco, por servidores da Saúde; e 19, por servidores de outras secretarias (ou de várias secretarias em conjunto). Há ainda o registro de uma greve realizada por servidores do Judiciário.

A presença de itens de caráter defensivo na pauta de reivindicações das greves do funcionalismo público federal foi verificada em 61% dos casos (Tabela 18). Quase todos – exceto dois – referiam-se à manutenção de condições de trabalho vigentes.

TABELA 18
Caráter das greves no funcionalismo público federal
Brasil, 2016

Caráter	Greves	
	nº	%
Propositivas	10	27,8
Defensivas	22	61,1
<i>Manutenção das condições vigentes</i>	21	58,3
<i>Descumprimento de direitos</i>	2	5,6
Protesto	12	33,3
Total	36	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações relativas ao reajuste dos salários estavam presentes em quase um terço (31%) das greves do funcionalismo público federal (Tabela 19). Itens que mencionam condições de trabalho e protestos contra o governo compunham a pauta de 22% dessas greves.

TABELA 19
Principais reivindicações das greves no funcionalismo público federal
Brasil, 2016

Reivindicações	Greves	
	nº	%
Reajuste salarial	11	30,6
Condições de trabalho	8	22,2
Governo	8	22,2
Educação pública	5	13,9
Política econômica	5	13,9
Contratação	4	11,1
Horário de trabalho	4	11,1
PCS - Plano de Cargos e Salários	4	11,1
Gratificações	3	8,3
Local de trabalho	3	8,3
Reforma administrativa	3	8,3
Reforma da previdência	3	8,3
Total	36	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Funcionalismo público estadual

Das greves observadas entre os servidores públicos estaduais, 23 foram deflagradas por trabalhadores de fundações e institutos; 71, por servidores da Educação; 57, por servidores da Segurança Pública; 48, por servidores da Saúde; e 70, por servidores de outras secretarias (ou de várias secretarias em conjunto). Duas greves ocorreram em legislativos estaduais e outras 18, nos judiciários estaduais.

Destacam-se, na esfera estadual, mobilizações do conjunto dos servidores, em especial uma realizada no estado do Rio de Janeiro e outra em Mato Grosso, que se contrapuseram ao atraso no pagamento dos salários e à ausência de reajustes salariais.

No geral, a pauta das greves dos servidores estaduais foi mais propositiva (60%) quando comparada aos outros níveis administrativos do funcionalismo público. De todo modo, itens defensivos compuseram quase três quartos das greves desses servidores (73%) – com destaque para as reivindicações relacionadas à manutenção de condições de trabalho vigentes (58%).

TABELA 20
Caráter das greves no funcionalismo público estadual
Brasil, 2016

Caráter	Greves	
	nº	%
Propositivas	172	59,5
Defensivas	212	73,4
<i>Manutenção das condições vigentes</i>	167	57,8
<i>Descumprimento de direitos</i>	77	26,6
Protesto	77	26,6
Total	289	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Metade das greves dos servidores estaduais incluiu em sua pauta de reivindicações o reajuste dos salários (Tabela 21). Itens relacionados às condições de trabalho estiveram presentes em quase um terço das mobilizações (32%).

TABELA 21
Principais reivindicações das greves no funcionalismo público estadual
Brasil, 2016

Reivindicações	Greves	
	nº	%
Reajuste salarial	146	50,5
Condições de trabalho	93	32,2
PCS - Plano de Cargos e Salários	71	24,6
Contratação	67	23,2
Atraso de salário	37	12,8
Promoção	34	11,8
Local de trabalho	30	10,4
Alimentação	28	9,7
Ferramentas/equipamentos de trabalho	26	9,0
Total	289	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Funcionalismo público municipal

Em 2016, das 649 greves registradas entre os servidores públicos municipais, apenas uma ocorreu em um dos legislativos; todas as outras foram realizadas nos executivos municipais. Quase a totalidade dessas - 646 - foram deflagradas por trabalhadores da administração direta, sendo 232, por servidores da Educação; 133, por servidores da Saúde; 19, por servidores da Segurança Pública; quatro, por servidores de Obras Públicas; e 258, por servidores de outras secretarias (ou, conjuntamente, por servidores de mais de uma secretaria). Duas greves foram deflagradas por trabalhadores de fundações e institutos (administração indireta).

Destacam-se no âmbito municipal, as mobilizações de duas categorias profissionais que deflagraram um grande número de greves. Uma, é a dos professores, que denunciavam o descumprimento dos reajustes anuais determinados pela Lei do Piso Nacional do Magistério; e outra, a dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, que exigiam o estabelecimento de um piso salarial nacional.

Dos três níveis administrativos do funcionalismo público, a pauta dos servidores municipais (Tabela 22) foi a mais defensiva (80%). Também foi a única em que a presença de itens relacionados ao descumprimento de direitos foi preponderante (60%).

TABELA 22
Caráter das greves no funcionalismo público municipal
Brasil, 2016

Caráter	Greves	
	nº	%
Propositivas	307	47,3
Defensivas	522	80,4
<i>Manutenção das condições vigentes</i>	288	44,4
<i>Descumprimento de direitos</i>	391	60,2
Protesto	120	18,5
Total	649	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Mais de um terço das greves deflagradas pelos servidores públicos municipais (36%) denunciaram o atraso no pagamento dos salários (Tabela 23) e mais de um quarto, queixas relativas às condições de trabalho (26%).

TABELA 23
Principais reivindicações das greves no funcionalismo público municipal
Brasil, 2016

Reivindicações	Greves	
	nº	%
Contra o atraso de salário	231	35,6
Condições de trabalho	171	26,3
PCS - Plano de Cargos e Salários	100	15,4
Piso salarial	92	14,2
Alimentação	74	11,4
Local de trabalho	73	11,2
Educação pública	70	10,8
Ferramentas/equipamentos de trabalho	63	9,7
Contra o atraso do 13º	57	8,8
Total	649	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Greves nas empresas estatais

Greves e horas paradas

Em 2016, o SAG-DIEESE cadastrou 121 greves que paralisaram mais de 7 mil horas nas empresas estatais. As estatais do setor de serviços foram responsáveis por 61% dessas paralisações e por 54% das horas paradas.

TABELA 24
Greves e horas paradas nas empresas estatais, por setor
Brasil, 2016

Esferas	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Comércio	2	1,7	72	1,0
Indústria	45	37,2	3.301	44,8
Serviços	74	61,2	4.003	54,3
Total	121	100,0	7.376	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Duração

Cerca de 46% das greves ocorridas nas empresas estatais foram encerradas no mesmo dia da deflagração e 14% alongaram-se por mais de 10 dias (Tabela 25).

TABELA 25
Distribuição das greves nas empresas estatais
segundo a duração dos movimentos
Brasil, 2016

Dias de Paralisação ¹	nº	%	% acum.
1	55	45,5	45,5
2 a 5	32	26,4	71,9
6 a 10	17	14,0	86,0
11 a 20	8	6,6	92,6
21 a 30	2	1,7	94,3
31 a 50	4	3,3	97,6
Mais de 50	3	2,5	100,0
Total	121	100,0	-

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) Dias corridos

Greves de advertência

Das greves registradas entre os trabalhadores das empresas estatais, 57% foram deflagradas por tempo indeterminado e 40% tinham caráter de advertência (Tabela 26).

TABELA 26
Tática das greves nas empresas estatais
Brasil, 2016

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	48	39,7
Tempo indeterminado	69	57,0
Sem informação	4	3,3
Total	121	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Motivações das greves

Aproximadamente 74% das greves deflagradas nas estatais incluíram itens de caráter defensivo em suas pautas de reivindicações, relacionados especialmente à manutenção de condições de trabalho vigentes (59%) - Tabela 27.

TABELA 27
Caráter das greves nas empresas estatais
Brasil, 2016

Caráter	Greves	
	nº	%
Propositivas	50	41,3
Defensivas	89	73,6
<i>Manutenção das condições vigentes</i>	71	58,7
<i>Descumprimento de direitos</i>	23	19,0
Protesto	19	15,7
Total	121	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações.

Reivindicações

Reivindicações relacionadas ao reajuste salarial foram as mais frequentes nas pautas dos grevistas das empresas estatais (38%), seguidas por itens referentes à alimentação e às condições de trabalho (23%) - Tabela 28.

TABELA 28
Principais reivindicações das greves nas empresas estatais
Brasil, 2016

Reivindicações	Greves	
	nº	%
Reajuste salarial	46	38,0
Alimentação	28	23,1
Condições de trabalho	22	18,2
Contra o atraso de salário	15	12,4
Contra privatizações	13	10,7
Condições de segurança	11	9,1
Contratação	11	9,1
Local de trabalho	11	9,1
Transporte	11	9,1
Assistência médica	10	8,3
Total	121	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Formas de resolução dos conflitos

Em 2016, das 121 greves deflagradas pelos trabalhadores das empresas estatais, 61 (50%) registravam informações relativas aos meios adotados pelas partes para a resolução dos conflitos. Na maioria dos casos (71%), houve a abertura, durante a greve, de processo de negociação - direta e/ou mediada - e, em 30%, a Justiça foi envolvida para a resolução (Tabela 29).

TABELA 29
Formas de resolução dos conflitos nas greves das empresas estatais
Brasil, 2016

Formas de resolução	Greves	
	nº	%
Negociação	43	70,5
Intervenção/participação da Justiça	18	29,5
<i>Decisão judicial</i>	6	9,8
<i>Acordo judicial</i>	13	21,3
Total	61	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: A soma dos subitens pode ser superior ao total de "intervenção/participação da Justiça" dado que em uma mesma greve o Judiciário pode intervir em um momento como conciliador e em outro como árbitro.

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos

Resultados das greves

Das 55 greves de trabalhadores de empresas estatais com informações sobre seu desfecho - que equivalem a 45% do total das registradas -, 71% obtiveram algum êxito no atendimento às reivindicações (Tabela 30).

TABELA 30
Resultados das greves nas empresas estatais
Brasil, 2016

Resultados	Greves	
	nº	%
Atendimento das reivindicações	39	70,9
<i>Integral</i>	17	30,9
<i>Parcial</i>	22	40,0
Rejeição das reivindicações	3	5,5
Prosseguimento das reivindicações	17	30,9
Total	55	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados.

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um resultado

Análises setoriais das greves nas empresas estatais

Indústrias estatais

Nas indústrias estatais quase 70% das greves tiveram caráter defensivo e foram motivadas, especialmente, pela defesa de condições de trabalho vigentes (Tabela 31).

TABELA 31
Caráter das greves nas indústrias estatais
Brasil, 2016

Caráter	Greves	
	nº	%
Propositivas	21	46,7
Defensivas	32	71,1
<i>Manutenção das condições vigentes</i>	23	51,1
<i>Descumprimento de direitos</i>	13	28,9
Protesto	9	20,0
Total	45	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

O reajuste salarial esteve presente na pauta de boa parte dessas greves (42%), seguido por demandas relativas à alimentação (29%). Em terceiro lugar, registraram-se as mobilizações contra o atraso no pagamento dos salários e os protestos contra as privatizações (Tabela 32).

TABELA 32
Principais reivindicações das greves nas indústrias estatais
Brasil, 2016

Reivindicações	Greves	
	nº	%
Reajuste salarial	19	42,2
Alimentação	13	28,9
Atraso de salário	9	20,0
Privatizações	9	20,0
PLR - Participação nos Lucros e/ou Resultados	7	15,6
Transporte	6	13,3
PCS - Plano de Cargos e Salários	5	11,1
Total	45	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Serviços estatais

Pouco mais de três quartos das greves deflagradas entre os trabalhadores de empresas em serviços estatais (77%) incluíram itens defensivos em suas pautas de reivindicações. Quase dois terços dessas pleiteavam a manutenção de condições vigentes (Tabela 33).

TABELA 33
Caráter das greves nos serviços estatais
Brasil, 2016

Caráter	Greves	
	nº	%
Propositivas	28	37,8
Defensivas	57	77,0
<i>Manutenção das condições vigentes</i>	48	64,9
<i>Descumprimento de direitos</i>	10	13,5
Protesto	8	10,8
Total	74	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE).

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações.

As reivindicações por reajuste salarial (Tabela 34) foram as mais frequentes também nos serviços estatais (35%); seguidas por itens relacionados às condições de trabalho (26%).

TABELA 34
Principais reivindicações das greves nos serviços estatais
Brasil, 2016

Reivindicações	Greves	
	nº	%
Reajuste salarial	26	35,1
Condições de trabalho	19	25,7
Alimentação	15	20,3
Condições de segurança	10	13,5
Local de trabalho	10	13,5
Contratação	9	12,2
Assistência médica	7	9,5
Atraso de salário	6	8,1
Manutenção/nível de emprego	6	8,1
Total	74	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Dentre as paralisações promovidas pelos trabalhadores das empresas estatais, devem ser destacadas as realizadas nos Correios, motivadas pelas más condições de climatização e higiene no local do trabalho e por melhorias na Segurança Pública, uma vez que esses profissionais são vítimas constantes de assaltos e sequestros.

Greves na esfera privada

Greves e horas paradas

Em 2016, o SAG-DIEESE registrou 986 greves realizadas pelos trabalhadores da esfera privada (Tabela 36), que contabilizaram mais de 36 mil horas paradas.

As greves deflagradas no setor de serviços destacaram-se tanto em número de ocorrências (702), como em horas não trabalhadas (quase 26 mil horas), representando mais de 70% do total de registros desses indicadores. A maior parte desses movimentos colocava-se contra o descumprimento de direitos. É importante ressaltar que parte expressiva dos trabalhadores em serviços atuam como terceirizados; ou seja, são contratados por empresas que vendem serviços a outras empresas.

Das paralisações realizadas no setor, algumas devem ser mencionadas, como as ocorridas em transportes coletivos por ocasião das campanhas salariais dos rodoviários, movimentos que vêm se intensificando desde os protestos de 2013, quando o tema do transporte urbano adquiriu grande importância no debate público. A categoria também

promoveu número expressivo de paralisações por melhorias na Segurança Pública e contra a violência a que motoristas e cobradores estão expostos durante o trabalho.

Também os trabalhadores em asseio e conservação¹ deflagraram várias paralisações, motivadas, com maior frequência, por atrasos no pagamento dos salários e más condições de trabalho.

Na saúde privada, parte significativa das greves ocorreu em instituições filantrópicas que, alegando ausência de repasses do poder público, atrasaram os salários. Esses movimentos denunciaram, também, a violência a que estão expostos os trabalhadores nos postos de saúde e hospitais.

Os trabalhadores bancários, para além da greve de categoria realizada na data-base, deflagraram um grande número de greves em agências, principalmente contra a realização de demissões.

Ainda deve ser citada as greves promovidas em todo o país pelos vigilantes que, além dos reajustes da data-base, exigiam o pagamento do adicional de periculosidade estabelecido em lei federal (Tabela 35).

TABELA 35
Greves e horas paradas na esfera privada
Brasil, 2016

Esferas	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Comércio	3	0,3	136	0,4
Indústria	279	28,3	10.057	27,9
Rural	2	0,2	24	0,1
Serviços	702	71,2	25.862	71,7
Total	986	100,0	36.079	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Duração

Cerca de 52% das greves das empresas privadas foram encerradas no mesmo dia de sua deflagração; e menos de 9% alongaram-se por mais de 10 dias (Tabela 36).

¹ Para fins de classificação, no SAG-DIEESE, os trabalhadores em asseio e conservação são classificados na atividade “Turismo e Hospitalidade”.

TABELA 36
Distribuição das greves na esfera privada
segundo a duração dos movimentos
Brasil, 2016

Dias de Paralisação ¹	nº	%	% acum.
1	517	52,4	52,4
2 a 5	277	28,1	80,5
6 a 10	107	10,9	91,3
11 a 20	44	4,5	95,8
21 a 30	19	1,9	97,7
31 a 40	8	0,8	98,5
41 a 50	3	0,3	98,9
51 a 70	2	0,2	99,1
71 a 80	2	0,2	99,3
81 a 90	4	0,4	99,7
91 a 100	1	0,1	99,8
Mais de 100	2	0,2	100,0
Total	986	100	-

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE).

Nota: (1) dias corridos.

Greves de advertência

Quase três quartos dessas greves foram deflagradas por tempo indeterminado; e aproximadamente 20% colocaram-se como movimentos de advertência (Tabela 37).

TABELA 37
Tática das greves na esfera privada
Brasil, 2016

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	201	20,4
Tempo indeterminado	720	73,0
Sem informação	65	6,6
Total	986	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Abrangência

Cerca de 90% das greves da esfera privada foram organizadas no âmbito de empresas; já greves que abrangem categoria corresponderam a cerca de 10% das mobilizações (Tabela 38).

TABELA 38
Tática das greves na esfera privada - Brasil, 2016

Tática	Greves	
	nº	%
Categoria	94	9,5
Empresa/unidade	892	90,5
Total	986	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Motivações das greves

Em 2016, os grevistas do âmbito privado mobilizaram-se mais intensamente em torno da defesa de direitos que por seus avanços: das 986 greves deflagradas na esfera privada, 85% tiveram caráter defensivo e 18%, propositivo (Tabela 40). Na esfera pública, esses percentuais corresponderam, respectivamente, a 78% e 50%. Destaca-se, ainda, a grande proporção de greves que revelavam o descumprimento de direitos (67%).

TABELA 39
Caráter das greves na esfera privada
Brasil, 2016

Caráter	Greves	
	nº	%
Propositivas	179	18,2
Defensivas	839	85,1
<i>Manutenção das condições vigentes</i>	288	29,2
<i>Descumprimento de direitos</i>	665	67,4
Protesto	38	3,9
Total	986	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Reivindicações

A exigência de pagamento dos salários em atraso esteve presente na pauta de mais da metade das greves deflagradas pelos trabalhadores da esfera privada; e itens relativos à alimentação, em aproximadamente um quarto delas (26%). A reivindicação por reajuste salarial, que foi a mais frequente em todos os níveis administrativos do funcionalismo público, ocupa apenas o terceiro lugar de importância nas paralisações dos trabalhadores do setor privado (16%) - Tabela 40.

TABELA 40
Principais reivindicações das greves na esfera privada
Brasil, 2016

Reivindicações	Greves	
	nº	%
Contra o atraso de salário	518	52,5
Alimentação	253	25,7
Reajuste salarial	160	16,2
Contra o atraso do 13º	146	14,8
Contra demissões	80	8,1
Total	986	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Formas de resolução dos conflitos

Entre os trabalhadores das empresas privadas, foram registradas 428 greves (43% do total de 986) com informações sobre os meios adotados pelas partes para a resolução dos conflitos. Na grande maioria dos casos (93%), foi adotado o recurso à negociação direta e/ou mediada; e em apenas 14%, a Justiça envolveu-se no processo de solução das divergências (Tabela 41).

TABELA 41
Formas de resolução dos conflitos nas greves da esfera privada
Brasil, 2016

Formas de resolução	Greves	
	nº	%
Negociação	398	93,0
Intervenção/participação da Justiça	61	14,3
<i>Decisão judicial</i>	34	7,9
<i>Acordo judicial</i>	37	8,6
Total	428	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: A soma dos subitens pode ser superior ao total de "intervenção/participação da Justiça" dado que em uma mesma greve o Judiciário pode intervir em um momento como conciliador e em outro como árbitro

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos

Resultados das greves

Do total de greves do setor privado, obteve-se informações sobre o desfecho de 434, ou seja, de 44% das paralisações. Observa-se que grande parte dessas (91%) teve algum êxito no atendimento às reivindicações (Tabela 42).

TABELA 42
Resultados das greves nas empresas privadas
Brasil, 2016

Resultados	Greves	
	nº	%
Atendimento das reivindicações	394	90,8
<i>Integral</i>	215	49,5
<i>Parcial</i>	179	41,2
Rejeição das reivindicações	7	1,6
Prosseguimento das reivindicações	55	12,7
Total	434	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: a) Foram consideradas apenas as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados.

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um resultado

Análises setoriais das greves na esfera privada

Indústria privada

Do total das greves apuradas na indústria privada, cerca de três quartos (207, ou 74%) ocorreu na região Sudeste. No Sul, foram deflagradas 34 paralisações (12%); no Centro-Oeste, 16 (6%); na região Nordeste, 15 (6%); e na região Norte, 5 (2%). Ainda foi registrada uma greve de abrangência multirregional e outra, nacional.

A maioria dos movimentos (181, ou 65%) foi realizada por metalúrgicos. Os trabalhadores da construção deflagraram 51 greves (18%); e os químicos, 11 (4%).

Mais de três quartos (78%) das paralisações realizadas por trabalhadores da indústria privada em 2016 pautaram-se por reivindicações defensivas (Tabela 43) e quase 60% denunciaram o descumprimento de direitos (Tabela 43).

TABELA 43
Caráter das greves na indústria privada
Brasil, 2016

Caráter	Greves	
	nº	%
Propositivas	86	30,8
Defensivas	218	78,1
<i>Manutenção das condições vigentes</i>	97	34,8
<i>Descumprimento de direitos</i>	159	57,0
Protesto	4	1,4
Total	279	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

A exigência da regularização dos salários em atraso foi a principal reivindicação das greves da indústria privada (37%); demandas relativas à alimentação estiveram presentes em 29% dos movimentos; e reajuste salarial, em 25% (Tabela 44).

TABELA 44
Principais reivindicações das greves na indústria privada
Brasil, 2016

Reivindicações	Greves	
	nº	%
Contra o atraso de salário	104	37,3
Alimentação	80	28,7
Reajuste salarial	70	25,1
PLR - Participação nos Lucros e/ou Resultados	56	20,1
Contra o atraso de 13º	38	13,6
Depósito de FGTS	35	12,5
Assistência médica	32	11,5
Demissão	30	10,8
Contra o atraso no pagamento de férias	28	10,0
Total	279	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Serviços privados

Do total das greves contabilizadas nos serviços privados em 2016, a maior parte (313, ou 45%) ocorreu na região Sudeste. No Nordeste, foram realizadas 168 paralisações (24%); no Sul, 120 (17%); na região Centro-Oeste, 59 (8%); e na região Norte, 37 (5%). Quatro greves tiveram extensão nacional e uma, regional.

A maioria dos movimentos (235, ou 33,5%) foi deflagrada por trabalhadores dos transportes. Na saúde, ocorreram 163 greves (23%); no turismo e hospitalidade - que envolve os trabalhadores de asseio e conservação -, 132 (18%); entre os vigilantes, 49 (7%) e entre os bancários, 48 (também 7%).

Itens de caráter propositivo integraram a pauta de reivindicação de apenas 13% dessas paralisações; e itens defensivos, em contrapartida, estiveram presentes em 88%. Em destaque, estão as greves contra o descumprimento de direitos (72%) - Tabela 45.

TABELA 45
Caráter das greves nos serviços privados
Brasil, 2016

Caráter	Greves	
	nº	%
Propositivas	92	13,1
Defensivas	617	87,9
<i>Manutenção das condições vigentes</i>	191	27,2
<i>Descumprimento de direitos</i>	502	71,5
Protesto	34	4,8
Total	702	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Uma expressiva proporção de greves dos serviços privados (58%) pleiteava o pagamento de salários atrasados. Itens relacionados à alimentação ocuparam o segundo lugar de importância (25%), seguidos pela exigência de regularização no pagamento do 13º salário (15%) - Tabela 46.

TABELA 46
Principais reivindicações das greves nos serviços privados
Brasil, 2016

Reivindicações	Greves	
	nº	%
Contra o atraso de salário	410	58,4
Alimentação	172	24,5
Contra o atraso do 13º	107	15,2
Reajuste salarial	89	12,7
Total	702	100,0

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Considerações finais

Nos últimos anos, especialmente a partir de 2012, observou-se uma intensificação dos movimentos grevistas, circunscrita inicialmente a categorias com tradição de mobilização, em especial, metalúrgicos e bancários.

A partir de 2013, trabalhadores de categorias profissionais mais vulneráveis, tanto da perspectiva remuneratória, quanto de condições de trabalho, aderiram à onda grevista. Destacam-se, entre esses, os terceirizados que atuam em empresas contratadas pelo setor privado - como vigilantes, recepcionistas e encarregados de limpeza – e os terceirizados de empresas contratadas pelo poder público, como trabalhadores em coleta de lixo e limpeza pública, rodoviários do transporte coletivo urbano, enfermeiros e outros profissionais das Organizações Sociais de Saúde – OSS. Também tiveram notoriedade as paralisações promovidas por trabalhadores da construção envolvidos em grandes obras e por professores municipais na luta pelo pagamento do Piso Nacional do Magistério.

Esse movimento ascendente da prática de greves entre os trabalhadores brasileiros ocorreu em um cenário de *crescimento econômico, queda da taxa de desemprego, aumento do grau de formalização do trabalho e elevação dos ganhos reais nas negociações coletivas*. Acresce-se ainda a esses fatores a realização de dois eventos esportivos de alcance mundial e o pipocar, nas ruas, de grandes movimentos de protesto.

E, mais que indicadores favoráveis, foi a percepção de futuro que condicionou o ritmo de deflagração de greves no período – que, grosso modo, vai de 2012 a 2015 -, *uma percepção de que a segurança proporcionada pelo baixo desemprego deveria permanecer por longo tempo e de que, do ponto de vista dos rendimentos, uma rápida reversão de perdas havia se tornado possível*. Os trabalhadores se organizaram apostando na permanência do cenário favorável a conquistas e avanços de seus direitos.

Além do crescimento numérico das greves, também é destaque, nesse intervalo de intensa atividade paredista, o fato de que *itens relativos à defesa de direitos passaram a compor grande parte da pauta reivindicatória dos trabalhadores*. Dois fatores podem explicar esse fenômeno. Um deles, mais evidente, é o aumento do número de greves deflagradas por categorias profissionais que atuam em condições de trabalho precárias e que têm seus direitos constantemente desrespeitados, mas não arriscam paralisar suas atividades em conjuntura de desemprego; porém, diante de uma situação econômica favorável, vão à greve para defendê-los. Soma-se a isso que, em períodos de maior poder de negociação dos trabalhadores e de seus sindicatos, são deflagradas mais greves que incluem, em sua pauta propositiva, reivindicações em defesa de benefícios continuamente descumpridos, mas que, por si só, não motivariam paralisações. Pode-se citar como exemplo, o não recolhimento do FGTS, o não pagamento de verbas rescisórias aos demitidos e o desrespeito ao piso salarial, responsáveis por parcela das greves entre os trabalhadores das indústrias de grandes centros urbanos.

Já em 2016, os efeitos da piora recente nos indicadores de emprego e nos ganhos salariais – e, especialmente, a brusca reversão das expectativas – condicionaram, sem dúvida, a ação grevista, mas, talvez, a dimensão exata dessas alterações seja apreensível de maneira mais segura somente daqui a alguns anos². Nesse contexto, um aspecto que pode ser destacado é que as greves de 2016 passam a ocorrer, cada vez mais, no campo do imediato, do urgente – *mobilizações contra a realização de demissões e contra o atraso no pagamento dos salários*.

²Inclusive porque, devido ao grande número de ocorrências, o cadastro das mobilizações deflagradas em 2014 e 2015 no Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE) ainda não está concluído. Por enquanto as análises das greves dos anos recentes seguem com esse fator limitador.

Em 2012, por exemplo, cerca de 24% da pauta grevista era composta por reivindicações relacionadas ao pagamento de salários em atraso. Em 2016, esse percentual já correspondia a 45% das paralisações.

Quanto à quantidade, o número de mobilizações permanece no patamar anual de 2 mil greves – que se iniciou em 2013 e prossegue nos anos seguintes³. Estima-se que o indicador da quantidade de horas paradas nesse mesmo intervalo continuará excedendo 100 mil horas anuais.

Os resultados das paralisações deflagradas no ano de 2017, que já contabiliza dois bem-sucedidos protestos de dimensões nacionais contra as reformas previdenciária e trabalhista, deverão fornecer mais elementos para a compreensão das características do atual ciclo de greves, ainda em marcha.

³ Essa informação baseia-se no número de notícias sobre greves disponíveis, mas ainda não registradas no sistema.

Referências bibliográficas

AMORIM, W. A. C. As greves de 2011 e 2012. **Informações FIPE**, São Paulo, n. 377, p. 22-32, fev. 2012. Disponível em:

<http://consultapopular.org.br/sites/default/files/greves_2_22-32-wils.pdf>

Acesso em: 15 ago. 2015.

DIEESE. **Balanco das greves de 2016**. São Paulo, dez. 2015. (Estudos e Pesquisas, 79). Disponível em:

<<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.html>>

Acesso em: 15 ago. 2015.

LINHARES, R. As greves de 2011 a 2013. **Revista Ciências do Trabalho**, São Paulo, n. 5, p. 97-112, dez. 2015. Disponível em:

<<https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/97>> . Acesso em: 15 ago. 2015.

NORONHA, E. G. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p.119-168, 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a05> . Acesso em: dez. 2015.

Notas Metodológicas

As informações que embasam este estudo foram extraídas de notícias veiculadas em jornais impressos e eletrônicos, da grande mídia e da imprensa sindical.

Nas tabelas do estudo, os percentuais são sempre apresentados com arredondamento na primeira casa decimal. No texto, aparecerão arredondados para o valor inteiro mais próximo.

Abaixo, segue a descrição dos principais conceitos utilizados no estudo.

Greve – “interrupção temporal do trabalho efetuada intencionalmente por um grupo de trabalhadores com objetivo de impor uma reivindicação, opor-se a uma exigência ou expressar queixa” (OIT). Excluem-se deste escopo, portanto, tanto as paralisações de iniciativa patronal (*lockouts*) como as formas de protesto que não implicam suspensão do trabalho, tais como “operação tartaruga” ou “operação padrão”.

Caráter da greve – tendência geral das reivindicações apresentadas nas greves, levando em consideração o teor dos interesses essenciais apresentados na pauta. Possibilidades:

Propositiva – por novas conquistas ou avanços nas condições vigentes;

Defensiva – em caso de descumprimento de lei ou recusa à renovação ou manutenção de condições vigentes. As greves defensivas estão subdivididas da seguinte forma:

descumprimento de direitos – contra o descumprimento de normas trabalhistas estabelecidas em lei, acordo ou convenção coletiva de trabalho;

manutenção de condições vigentes – pela manutenção ou renovação de condições vigentes, em face de ameaça de extinção ou redução.

Protesto – por motivos que ultrapassem o âmbito das relações trabalhistas. Consideram-se de protesto as greves assim declaradas pelo comando.

Solidariedade – em apoio a movimentos de trabalhadores de outras categorias, empresas ou setores. Ao encabeçar mobilizações desta natureza, os grevistas não podem ter interesse imediato nos itens da pauta defendida pelos trabalhadores a quem apoiam. Consideram-se de solidariedade as greves assim declaradas pelo comando.

Quantificação do caráter, tema e itens de reivindicação – A totalização de aspectos qualitativos das greves excede a soma de cada item porque uma mesma greve pode se enquadrar em mais de um dos grupos. Por exemplo, os trabalhadores envolvidos em uma greve podem

reivindicar, simultaneamente, aumento salarial (caráter: propositivo; tema: remuneração; motivo: reajuste salarial) e exigir o pagamento de vale-refeição em atraso (caráter: defensivo; tema: auxílio; motivo: alimentação).

Causas das greves – conjunto de reivindicações explicitadas como motivações para a paralisação. Para esta classificação, são empregadas palavras-chave dispostas em dois níveis: um mais abrangente (tema) e outro desagregado (grupo). Não são consideradas causas das greves as ofertas patronais não relacionadas à pauta apresentada pelos grevistas, utilizadas como moeda de troca na negociação com os trabalhadores.

Temas das greves – conjuntos de reivindicações agrupadas por semelhança de características. São eles:

Remuneração – greves por questões diretamente relacionadas à remuneração dos trabalhadores, como reajuste salarial, piso salarial, auxílios, adicionais e PLR, entre outros.

Relações de Trabalho – greves relativas a emprego, como as que se colocam contra demissões ou por estabilidade e contratações; a processo e exercício do trabalho, como introdução de processos tecnológicos e qualificação; a contrato de trabalho, como terceirização, mão de obra temporária; e à situação funcional, como PCS e atribuições do trabalho.

Condições de Trabalho – greves por questões relacionadas à saúde e segurança do trabalho e à jornada de trabalho, como redução, diminuição de horas extras e outras.

Relações Sindicais – greves por participação do sindicato no processo de negociação, constituição de representação dos trabalhadores, mudança ou manutenção da data-base etc.

Políticas – greves dirigidas contra o governo ou contra projetos ou medidas governamentais ou de caráter solidário.

Grupos de reivindicações – grupos de itens afins reunidos em cada tema, como por exemplo, adicionais, auxílios e correção salarial (no tema remuneração) e jornada e saúde (no tema condições de trabalho).

DIEESE - Rua Aurora, 957 – Centro – São Paulo - SP
CEP 012009-001
Fone: (11) 3874-5366 – Fax: (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
<http://www.dieese.org.br>

Direção Sindical Executiva

Presidente: Luís Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região – SP

Vice-presidente: Raquel Kacelnikas

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região – SP

Secretário Nacional: Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP

Diretor Executivo: Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretor Executivo: Carlos Donizeti França de Oliveira

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo – SP

Diretora Executiva: Cibele Granito Santana

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas – SP

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel – SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul – RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco – PE

Diretor Executivo: Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba – PR

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia – BA

Diretora Executiva: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Diretor Técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora de Pesquisas e Tecnologia: Patrícia Pelatieri

Coordenador de Educação e Comunicação: Fausto Augusto Junior

Coordenador de Relações Sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenadora de Estudos em Políticas Públicas: Angela Schwengber

Coordenadora Administrativa e Financeira: Rosana de Freitas

Equipe Técnica Responsável

Rodrigo Linhares

Luís Augusto Ribeiro da Costa (revisão)

Henrique Sanchez (auxiliar técnico)